

Estudo de Caso sobre um Aluno com Baixa Visão em uma Escola Pública de Porto Nacional - TO

Case Study on a Student with Low Vision at a Public School in Porto Nacional - TO

Maria da Consolação dos Santos Cardoso Lima¹

Neila Nunes de Souza²

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Esta pesquisa visa compreender os mecanismos acerca da baixa visão, elencando os principais elementos que concerne às dificuldades e a busca por melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem. Trata-se de um estudo de caso, de caráter exploratório com uma abordagem qualitativa. Dessa forma, tem como objetivo geral investigar o processo inclusivo do aluno com deficiência visual (baixa visão). Na coleta de dados foi aplicado questionário a coordenação; foi realizada observação de um aluno com baixa visão em sala de ensino regular; ainda, visita a sala de recursos e entrevista com o estudante. Está fundamentado em teóricos como Mantoan (2003; 2006), Amiralian (2004), Gasparetto (2007), Ormozeli, Corsini e Gasparetto (2007), Bruno (2007), Sá, Campos e Silva (2007), Salomon (2007), Domingues, Carvalho e Arruda (2010) bem como diversas resoluções e leis acerca da temática inclusão, entre outros autores. Diante disso, verificou-se que a inclusão do educando com baixa visão apesar de alguns avanços ainda enfrenta grandes barreiras no qual é necessário mais formação e informação dos educadores para a compreensão de que a baixa visão não é igual para todos, portanto, é essencial conhecer as especificidades do seu aluno, para que haja mudanças de práticas excludentes, e efetivamente o educando seja incluído e não apenas integrado.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência visual. Baixa visão. Educação.

Abstract: This research aims to understand the mechanisms about low vision, listing the main elements that concern the difficulties and the search for improvements in the quality of teaching and learning. It is a case study, an exploratory character with a qualitative approach. Thus, it has as general objective to investigate the inclusive process of the student with visual impairment (low vision). In the data collection questionnaire was applied to coordination; observation was made of a student with low vision in a regular classroom; still, a visit to the resource room and interview with the student. It is grounded in theorists such as Mantoan (2003; 2006), Amiralian (2004), Gasparetto (2007), Ormozeli, Corsini and Gasparetto (2007), Bruno (2007), Sá, Campos and Silva (2007), Salomon (2007), Domingues, Carvalho and Arruda (2010), as well as several resolutions and laws on the topic of inclusion, among other authors. In view of this, it was found that the inclusion of the low-vision student despite some advances still faces great barriers in which more education and information of the educators is necessary for the understanding that the low vision is not equal for all, therefore, it is essential to know the specificities of his student, so that he can make changes in exclusionary practices, and effectively the learner is included and not just integrated.

Keywords: Inclusion. Visual impairment. Low vision. Education.

¹ Graduada em Letras pela UFT. E-mail: marylima.araguatins4@gmail.com

² Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins. Doutora em Educação pela UnB. E-mail: neilasouza@mail.uft.edu.br

Recebido em 10 de março de 2022.

Aprovado em 4 de Agosto de 2022.

Introdução

Sabe-se que a sociedade possui um grande histórico de exclusão com aqueles que não estão dentro de um determinado padrão, considerado “normal” pela maioria, e assim, por serem diferentes sofrem constantemente com preconceitos causados pela ignorância humana. Por isso, é importante estudar sobre a deficiência visual (baixa visão), ao passo que conhecer, discutir e verificar sobre a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE na prática, possibilita buscar medidas e estratégias para avançar cada vez mais.

Assim, um dos principais fatores que motivaram a realização desta pesquisa foi a convivência com membro da família (mãe da pesquisadora) com baixa visão, após ter acompanhado seus desafios diários e preconceitos da sociedade. Na sua época de vida escolar, em consequência dos problemas de baixa visão, desistiu dos estudos, aprendendo somente a desenhar as letras do seu nome. Diante disso, houve a inquietação em saber como está sendo o processo de inclusão dos alunos com essa deficiência nas escolas públicas.

Para Cunha (2012) no mundo contemporâneo só é permitido um modelo de escola, a escola inclusiva, uma vez que a educação especial só é inclusiva quando prepara o aluno para o ensino regular e para a vida. É importante que a escola trate todos com equidade, respeitando suas particularidades e proporcione a esses alunos uma formação integral e que vá além dos muros escolares.

Há um número bem maior de pessoas com baixa visão do que cegas no País e isso reflete também nas matrículas nas escolas. Conforme dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 582 mil cegas e 6 milhões com baixa visão.

Nesse contexto, Amiralian (2004) afirma que o aluno com baixa visão, enfrenta grandes desafios porque essa deficiência não é muito perceptível, frequentemente suas necessidades passam despercebidas, o que implica em mais uma barreira na construção

de sua identidade pessoal. As pessoas devem entender que essas crianças não são cegas e nem enxergam, possui baixa visão e precisam ser aceitas, acolhidas e tratadas da forma correta, uma vez que, por não saberem com quem se identificarem sentem-se isolados e sem grupos.

Vale lembrar que até pouco tempo, os alunos com deficiência não ficavam em salas de ensino regular com os demais estudantes, mas sim em salas especiais. Devido a isso é um desafio para a escola, de modo que alguns professores têm dificuldades de trabalhar com esses alunos, em razão de ambientes precários, falta de capacitações, de recursos e metodologias adequadas que considere as características variadas dos discentes com baixa visão que são bem diferentes do cego.

Essa pesquisa propõe investigar o processo de inclusão do aluno com baixa visão no âmbito de uma escola pública em Porto Nacional. Os objetivos a serem alcançados neste trabalho são: a) observar o aluno em sala de aula e conhecer suas dificuldades b) descrever sobre o ponto de vista do aluno como ele se sente na escola; c) conhecer os métodos e recursos utilizados para melhorar o seu desempenho visual na sala de aula.

Posto isso, através deste trabalho, acredita-se que poderá contribuir com informações para os profissionais da área da educação, conhecer como o aluno se sente e suas dificuldades na escola, refletirem sobre as práticas docentes e o que os educadores podem fazer para que o aluno com baixa visão consiga se desenvolver e conquistar seus objetivos com as mesmas oportunidades que as outras crianças.

Para este estudo, optou-se pela a modalidade de pesquisa, estudo de caso, de caráter exploratório com uma abordagem qualitativa que começa com um plano mais aberto e vai delimitando à medida que avança e parte de uma problemática, a identificação do caso (ANDRÉ, 2013). Os procedimentos da pesquisa utilizados foram aplicação de questionário a coordenação, observação de um aluno com baixa visão em sala de ensino regular, visita a sala de recursos e entrevista com o estudante.

Foi embasado em teóricos como Mantoan (2003; 2006), Amiralian (2004), Gasparetto (2007), Ormozeli, Corsini e Gasparetto (2007), Bruno (2007), Sá, Campos e Silva (2007), Salomon (2007), Domingues, Carvalho e Arruda (2010), bem como diversas resoluções e leis acerca da temática inclusão, dentre outros autores.

Dessa forma, nos objetivos propostos verificou-se que apesar dos progressos em relação a legislação, e que já está sendo executado, ainda é necessário vencer muitos

desafios na vivência escolar. É primordial que os educadores conheçam as especificidades do aluno para que possam realmente incluí-lo, sendo assim usar de forma adequada os recursos disponíveis que ajudam no desempenho visual e traz melhores condições de aprendizagem para o estudante. Reforça-se que o uso de alguns recursos ópticos faz falta para a estudante e que existem atitudes que segregam e exclui os alunos com baixa visão e conseqüentemente influenciam no desempenho da aprendizagem, o que pode deixá-los desestimulados.

O trabalho está dividido nas seguintes partes: a introdução, na primeira seção discute-se acerca do que diz a legislação sobre da inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais; na segunda seção aborda-se sobre a deficiência visual (baixa visão) para conheçam as características desses alunos que serão levadas em consideração no ambiente escolar; na terceira seção discorre-se sobre a metodologia utilizada no estudo, na quarta seção apresenta os recursos didáticos-pedagógicos para auxiliar no desenvolvimento da eficiência visual do educando; na quinta seção a análise e discussão dos dados; e por último, as considerações finais.

1 O que diz a legislação sobre a inclusão?

O marco histórico da Educação especial no Brasil iniciou com as primeiras instituições para pessoas com deficiência, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos em 1857, anos mais tarde essas instituições ficaram conhecidas como Instituto Benjamin Constant – IBC e Instituto Nacional da educação dos surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX foi criada a Pestalozzi, em 1926, que prestava atendimento especializado a crianças e adolescentes com deficiência mental³. Outra instituição importante foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE fundada em 1954. Dito isso, nas legislações são mostradas grandes conquistas sobre vários aspectos sociais, dos pais e das pessoas com deficiência, como é o caso da Constituição Federal - CF de 1988 e as constituições estaduais que veio a partir dela (MAZZOTTA, 2005).

³ Essa nomenclatura foi alterada a partir da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 6/10/04 pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004), em conjunto com a Organização Pan Americana da Saúde (Opas), o termo “deficiência mental” passou a ser “deficiência intelectual”.

Destaca-se uma parte da Constituição Federal (1988) que garante a igualdade de direitos a todas as pessoas na educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
 Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a lei suprema não faz distinção de alunos, ela reafirma que todos têm direito a educação de qualidade de forma gratuita, com igualdade de oportunidades, uma vez que é um direito de todas as crianças e obrigação da família matricular seus filhos e acompanhá-los na vida escolar, bem como dever do Estado garantir que a escola se adeque para recebê-los, oferecendo-lhes condições para que não só tenha acesso, mas permaneçam estudando. A constituição não utiliza a palavra inclusão, pois em 1988 ainda não era utilizado essa terminologia.

A Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação, no capítulo V assegura que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida **preferencialmente** na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...] (BRASIL, 1996, **grifos das autoras**).

Nota-se, que a partir da LDB, a modalidade de atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino. A não obrigatoriedade, através do termo preferencialmente, abriu espaço para escolas alegarem que não teria condições (estrutura, profissional habilitado, materiais) e rejeitarem as matrículas desse público com NEE, e dessa forma, continuavam segregando-os, isto é, deixando-os separados dos demais alunos.

Nesse contexto, as Diretrizes Nacionais, resolução CNE/ CEB nº 2/2001, no Artigo 2º determina que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001). Desse modo, essa resolução modifica o que foi postulado pela LDB, pois determina a obrigatoriedade dos sistemas de ensino de

matriculem os alunos com NEE e o dever de atuarem perfazendo um percurso que vise as melhorias na formação dos educandos.

Ainda considerando a resolução CNE/CEB n° 2/2001, no artigo 8°, por meio do inciso II, confirma que os alunos estudando juntos fará com que [...] “as classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade” (BRASIL, 2001).

Posto isso, a escola não pode negar a inclusão do aluno, na rede de ensino público regular, e privar a criança de conviver em comunidade, aprendendo com as diferenças, para que possa vencer a discriminação e construir uma sociedade mais justa e igualitária. A interação com o mundo conta com a mediação dos outros, então, as classes comuns só têm a enriquecer com as experiências de todos.

Nessa perspectiva, no Relatório sobre o Parecer CNE/CEB n° 17/2001- Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, demonstra que o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, consolidada em Jomtien, na Tailândia, em 1990 e mostrar-se em consonância com a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais e Especiais (BRASIL, 2001).

Essa Declaração foi de suma importância no que diz respeito à inclusão, pois revolucionou a educação especial no mundo, foi um acordo marcante, no qual afirmaram que cada criança tem suas características, interesses, capacidades que lhe são únicas. Sendo assim, os sistemas de educação devem projetar seus programas levando em consideração essas diferentes características e necessidades. Além disso, as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades (SALAMANCA, 1994).

A resolução CNE/CEB n° 4/2009, segundo o Artigo 1°, reforça que para implementar no Decreto n° 6.571/2008 “os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE (BRASIL, 2009). Para esse público-alvo é fundamental a matrícula tanto no ensino regular como no AEE que será realizado nas

salas de recursos multifuncionais da própria escola em que o aluno é matriculado ou em outra rede de ensino público e instituições comunitárias e filantrópicas no contraturno.

É válido ressaltar que o atendimento especializado não substitui a matrícula na classe comum, sendo apenas um complemento ao ensino regular. Sendo assim, para assegurar o atendimento especializado do aluno, a escola receberá verba dupla conforme garantido na resolução CNE/CEB nº 4/2009, Art. 8º “serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE” (BRASIL, 2009).

A lei brasileira de inclusão nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Art. 28 “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I- Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo da vida” (BRASIL, 2015).

Essa lei garante uma gama de direitos, como promover a igualdade, o exercício de direitos das liberdades fundamentais, objetivando sua inclusão social e a cidadania. E deixa claro o papel do estado nesse processo de garantir a inclusão no decorrer de toda trajetória do aluno, com acompanhamento e implementação de medidas com recursos para que o aluno tenha um aprendizado de qualidade. Assim, dando seguimento nos deteremos, ao próximo tópico Deficiência Visual: Baixa Visão.

2 Deficiência Visual: Baixa Visão

O mundo nos é apresentado através de formas, cores e tamanhos, porém há um grupo de pessoas que não enxergam ou possui pouca visão, e assim tem uma forma particular de visualizar e se relacionar com o mundo, portanto, precisa de estímulos das outras pessoas para conseguir percebê-lo.

A deficiência visual é classificada de duas formas diferentes: cegueira e baixa visão. De acordo com o Ministério da Educação - MEC a cegueira é: “Uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p.15).

Pessoas cegas são aquelas que apresentam desde ausência da visão de forma irreparável até a qualquer reflexo de luminosidade, e a sua aprendizagem na escola ocorrerá através de todos os outros sentidos como o tato, olfato e a audição, com a utilização do Braile.

Para a baixa visão o Ministério da Educação - MEC nos apresenta a seguinte definição:

É a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo (BRASIL, 2006, p. 16).

O aluno com baixa visão é aquele que sua visão não melhora com o uso dos óculos de grau ou tratamentos clínicos, pois há prejuízos na acuidade visual, que se trata da dificuldade de perceber detalhes, como formas, contornos e distingui-los a uma determinada distância. Já a redução do campo visual tem a ver com a amplitude da visão, no qual o indivíduo apresenta problemas na visão periférica, o que dificulta a sua locomoção. Além disso, esses indivíduos possuem “sensibilidades a contrastes, à adaptação a luz e ao escuro, à percepção de cores e principalmente, à eficácia no uso da visão” (AMIRALIAN, 2004, p. 22).

Na escola o aluno com baixa visão precisará de materiais de tecnologia assistiva que são os recursos ópticos, não ópticos, eletrônicos e de informática, que ajudará na maximização dos resíduos visuais, com o intuito de que o aluno consiga ser autônomo no cotidiano e dependa cada vez menos de outras pessoas para realizar suas tarefas.

Nas palavras de Amiralian (2004) a deficiência visual (baixa visão) também é conhecida pela maioria das pessoas como visão subnormal, observa-se que até em documentos oficiais é utilizado essa terminologia, porém alguns estudiosos não concordam com esse nome e acreditam que será totalmente substituída por Baixa Visão, pois minimiza o preconceito que esse termo “subnormal” carrega.

De acordo com Domingues, Carvalho e Arruda (2010) ela pode ser ocasionada por algumas enfermidades congênicas ou adquiridas tais como: retinopatia da prematuridade, a retinocoroidite macular, toxoplasmose, catarata congênita, glaucoma, albinismo etc. E, também por disfunções visuais que causam a dificuldade para enxergar

tanto de perto como de longe, em ambos olhos não sendo corrigidas com uso de lentes, óculos ou cirurgias oftalmológicas.

Para Amiralian (2004) somente na década de 70 que no Brasil que mudaram o eixo da cegueira para a visão, isto é, houve uma preocupação com os resíduos visuais existentes das pessoas, e nomearam como “visão reduzida”. Entretanto, esse termo ainda apontava para a perda da visão e não para a capacidade visual, uma vez que a pessoa não tinha uma visão reduzida, mas sim devido a fatores orgânicos sua forma de enxergar era limitada.

Desse modo, baseado nos estudos de Ormozeli, Corsini e Gasparetto (2007) até hoje o lugar da baixa visão na sociedade não é bem definido, para maioria das pessoas ou se enxerga ou não enxerga, por ser uma doença com um modo específico de enxergar é frequentemente incompreendida pelas pessoas, e a falta de conhecimento gera espanto, preconceitos e suas necessidades não são consideradas na população. Ressaltam que as pessoas com baixa visão convivem com medos e angústias de ficarem cegas, mas também se sentem aliviadas por contar com um pouco de visão, ainda que não seja completa.

Segundo Domingues, Carvalho e Arruda (2010) nos primeiros anos de vida é mais difícil perceber se o aluno possui baixa visão, pois a maioria dos objetos que eles têm contato diariamente apresenta cores e contrastes mais fortes, as letras dos livros são maiores e o acompanhamento de um adulto na leitura é constante. Diante disso, algumas crianças só são identificadas coma a deficiência ao ingressar na escola, geralmente nos anos iniciais. As autoras enfatizam que os indícios que precisam ser investigados são:

- Olhos vermelhos; lacrimejamento durante ou após esforço ocular; piscar continuamente; visão dupla e embaçada; movimentar constantemente os olhos (nistagmo);
- Dificuldades para enxergar a lousa; aproximar de mais os olhos para ver figuras ou objetos e para ler ou escrever textos;
- Sensibilidade à luz; dores de cabeça; tonturas, náuseas;
- Aproximar-se muito para assistir televisão; tropeçar ou es barrar em pessoas ou objetos; ter cautela excessiva ao andar; esquivar-se de brincadeiras ou de jogos ao ar livre; dispersar a atenção (DOMINGUES; CARVALHO; ARRUDA, 2010, p.9).

Um educador mais atento vai perceber alguns comportamentos do aluno, na sala de aula e no ambiente escolar o que estará atrapalhando o seu desempenho e procurará a família a fim de obter mais esclarecimentos para juntos investigarem o que está acontecendo. Nessa perspectiva, qualquer suspeita de baixa visão, o aluno será

encaminhado ao médico oftalmologista que fará avaliações, para diagnóstico e se for confirmado, para prescrições de lentes corretivas (recursos ópticos).

Portanto, outra avaliação que poderá ser feita é a funcional no qual observa o desempenho da visão em práticas cotidianas. São realizadas por profissionais especializados, na maioria das vezes quem realiza esse trabalho nas escolas são os professores das salas de recursos, que analisam qual é o melhor recurso óptico para a necessidade de cada indivíduo, ou seja, a adaptação e como demonstra-se a interação com as pessoas e com o ambiente.

Bruno (2007) reafirma que no processo de aprendizagem do aluno com baixa visão o que vai diferenciá-lo das outras crianças é a forma de ver e explorar o ambiente, andar e obter informações. Todavia, ela tem características iguais às outras crianças da sua idade, como brincar, correr, fazer birra, ser curiosa etc. Evidenciam que as crianças videntes aprendem fazendo associações e inferências, já as com deficiência visual aprendem com a mediação de outros para explorar e conhecer o funcionamento das coisas.

Considerando o aprendizado do aluno devem ser levados em consideração vários fatores, que vão desde da acuidade e campo visual [...] “as experiências visuais adquiridas anteriormente e os materiais didáticos utilizados em sala de aula” (GASPARETTO, 2007, p. 37-38). Partindo dessa premissa, com o olhar atento do professor, através de observações e do diálogo, conseguirá informações para elaborar um plano de aula adequado, com metodologias e materiais para atender as especificidades do educando.

Dessa maneira, cada aluno é único, e a baixa visão não é igual para todos, o funcionamento visual são diversos. Conforme Bruno (2007) há crianças que apresentam complicações para enxergar a mais de três metros distâncias, outras têm dificuldades para enxergar de perto, como identificar imagens, ler e escrever da lousa, e existe aqueles que precisam de aumento de contraste, controlar a luminosidade ou ampliação de material, o tipo de recurso e adaptações dependerá da dificuldade que cada um possui para enxergar.

3 A Escola e os Recursos de Apoio Pedagógico

A escola em algumas situações apenas integra o aluno, e não inclui, coloca junto com os outros, mas não oferece ferramentas para que esse aluno se desenvolva, com igualdade de oportunidades. De acordo com Gasparetto (2007) A inclusão de alunos com

deficiência é um fato, mas devido ao despreparo dos profissionais da educação, dos alunos e falta de recursos específicos não está acontecendo como deveria.

Entretanto, Mantoan (2006) afirma que é preciso romper com o antigo modelo escolar, e não continuar a tirar proveito da justificativa de despreparo dos professores e das escolas para fugir do processo inclusivo, já que muitos utilizam esses argumentos e assim se acomodam. Há que assegurar não só o acesso, mas a permanência e o prosseguimento dos estudos desses sujeitos.

De acordo com Souza (2007) os alunos motivam-se mais e demonstram um maior interesse quando neles é despertada a vontade de querer aprender. Essa vontade é resultado direto da motivação que o professor estimula nos alunos, despertando a criatividade, desenvolvendo a coordenação motora e outras habilidades, através da utilização de recursos didático-pedagógicos utilizados nas aulas.

3.1 Recursos ópticos e não ópticos

Quanto mais cedo for feito o diagnóstico da criança com baixa visão, melhor será aproveitado e estimulado o seu potencial visual, pois os recursos de acessibilidade adequados maximizam os resíduos visuais e proporcionam mais qualidade de vida. Conforme Salomon (2007) em parceria com um profissional habilitado, o indivíduo aprenderá a usar diversos recursos, como ópticos, não ópticos e pessoais no qual beneficiará o desenvolvimento da deficiência visual.

De acordo com Amiralian (2004) as pessoas com deficiência visual de 70% a 80% possuem alguma visão que pode ser utilizada e não usar essa visão útil, por menor que seja, leva a uma diminuição na eficiência visual, porque é o estímulo dessa visão que ajuda as pessoas nas inúmeras tarefas do cotidiano, como construir a noção de espaço, ter coordenação dos movimentos, mobilidade de locomoção, na interação com o ambiente, ler e escrever.

Dessa forma, “os recursos ou auxílios ópticos são lentes de uso especial ou dispositivo formado por um conjunto de lentes, geralmente de alto poder, com o objetivo de magnificar a imagem da retina” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p.19). É importante dizer que nem todos os alunos utilizam esses recursos porque depende de cada patologia, por isso é através das avaliações dos especialistas que será identificado o mais adequado.

Retomando as autoras Sá, Campos e Silva (2007) elas destacam, que os recursos ópticos sugeridos para alunos com baixa visão são: Recursos ópticos para longe, como telescópio usado para leitura no quadro negro, que restringe bastante o campo visual; telessistemas, telulupas e lunetas. Os recursos ópticos para perto, como óculos especiais com lentes de aumento (óculos bifocais, lentes esferoprismáticas, lentes monofocais esféricas, sistemas tele microscópicos).

As autoras destacam também, as lupas manuais ou lupas de mesa e de apoio, bastantes usadas a fim de ampliar o tamanho de fontes para a leitura, para extensões de mapas, gráficos, diagramas, figuras, entre outros. Sendo assim, depende do caso de cada pessoa, pois nem sempre a maior a ampliação é o recomendado, porque quanto maior essa for, menor será o campo de visão o que pode provocar diminuição da velocidade e cansaço visual. Esses recursos ajudam-no a realizar suas atividades de leitura e escrita, entretanto, o aluno precisa ser ensinado a usar essas lentes da forma correta.

Diante disso, baseado nos estudos de Domingues, Carvalho e Arruda (2010) os alunos com baixa visão também podem se beneficiar com os recursos não ópticos, que são as ampliações dos textos; os cadernos com pautas escuras, espaçadas e ampliadas, no qual propiciam uma maior visualização; o acetato amarelo para diminuir a claridade no papel; o plano inclinado e carteira adaptada, uma vez que o aluno fica lendo muito próximo do papel e essa postura no decorrer do tempo prejudica sua coluna vertebral. Além desses, mencionam outros materiais como o lápis 4b e 6b, suportes para livros, canetas prontas grossas, guia de leitura e gravadores.

Com a tecnologia em alta, vale ressaltar sobre os recursos eletrônicos e de informática. No computador é possível ser usado inúmeros softwares e aplicativos com ampliações e programas de voz, leitores de tela, zoom, configuração de contrastes e outros. Sá, Campos e Silva (2007) pontuam sobre o recurso eletrônico, circuito fechado de televisão – CCTV, um aparelho que acopla a um monitor de TV monocromático ou colorido que amplia até 60 vezes as imagens e as transfere para o monitor e o aluno poderá ficar em distância normal do material, o que é bem confortável, porém é um aparelho com um custo alto, e conseqüentemente não tão acessível.

4 Metodologia

Para a realização deste trabalho, fez-se um estudo de caso em educação, com abordagem qualitativa e investigação exploratória, com levantamento bibliográfico, em livros, artigos e sites educacionais. André (2013) assegura que se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto real em que acontecem, o estudo de caso poderá ser valioso, uma vez que permite o contato direto e prolongado do pesquisador com o que será investigado.

A pesquisa exploratória permite investigar de forma empírica tendo uma maior familiaridade com o tema pesquisado, visto que para coleta de dados pode ser usada uma variedade de procedimentos como entrevistas, observações e análise de conteúdo (LAKATOS, 2010).

Dessa forma, as atividades foram desenvolvidas em uma escola estadual de Porto Nacional – TO, com um questionário à coordenação, na busca de obter informações sobre um aluno específico. Fez-se observação em sala comum do aluno com baixa visão para conhecer a realidade no qual esse estava inserido, visita a sala recursos e entrevista em forma diálogo com o estudante com a finalidade de analisar as respostas a partir do seu ponto de vista. E assim, observar os aspectos relevantes à inclusão e a partir desses resultados, dialogar com os autores da área.

5 Análise e Discussão de Dados

5.1 Coordenação da escola

Na escola, foi entregue um pequeno questionário à coordenadora, para saber alguns dados de um estudante com baixa visão e investigar como estava sendo sua inclusão. E, ela informou que estudava quatro estudantes com deficiência visual (baixa visão), escolheu-se uma aluna, tendo em vista o melhor horário que a pesquisadora tinha disponível para a visitar a escola.

Através do questionário respondido pela educadora, soube-se que a família apresentou um diagnóstico de deficiência visual (baixa visão), que a discente frequenta a sala de recursos da escola no contraturno. Segundo a coordenadora, as dificuldades apresentadas pela aluna são decorrentes da própria deficiência, entretanto, ela é muito esforçada, participativa, dedicada e todas suas qualidades compensam as dificuldades.

Para tanto, com o objetivo de saber como a escola estava fazendo as adequações curriculares, para garantir que a educanda conseguiria acompanhar as aulas, pois é com o processo de conhecer e avaliar o desempenho do aluno com NEE que é possível propor medidas interventivas. O questionamento foi se escola elaborava um plano específico para escolarização do aluno e quem o elaborava. Ela relatou: “*Não tem, a aluna consegue acompanhar o plano de trabalho comum da escola*”.

Conforme essa resposta ressalta-se que realmente o currículo escolar é o mesmo para todos os alunos, uma vez que, trata-se de um princípio da Educação Inclusiva, porém são necessárias os apoios e adaptações, para que o aluno consiga aprender com qualidade. Reafirmando isso, a Resolução CNE/CEB 4/2009, por meio do seu Art. 10, inciso IV, destaca que o projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

“Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas” (BRASIL, 2009). Esse plano também é chamado de Plano de Desenvolvimento Individual do aluno, porém é pouco conhecido e cobrado pela secretaria da Educação, mas no texto fica claro a necessidade de um acompanhamento das necessidades dos alunos, nos aspectos pedagógicos, psicológicos e arquitetônicos.

Com base no exposto, através do plano do AEE o professor vai conhecer a história de vida do aluno, suas experiências, o processo de aceitação da deficiência, incluir a sua família, que assume um papel primordial no processo de inclusão, pois precisa caminhar juntamente com a escola. Diante disso, ter informações acerca das dificuldades e potencialidades do discente, ajudará a escola a fazer adaptações curriculares e definir os recursos disponíveis como ópticos, não ópticos a fim de que o aluno não fique prejudicado.

Dando continuidade aos questionamentos, ela pontuou que o aluno recebe material ampliado, como avaliações e outros materiais que forem necessários. Porém afirmou que o Ministério da Educação - MEC não envia o livro didático ampliado.

Nesse contexto, indagou-se acerca de como a escola percebia o processo de inclusão da aluna, as maiores dificuldades e conquistas. Ela respondeu: “*A escola acredita que não teve dificuldades de inclusão, uma vez que a mesma se adaptou muito bem com os colegas e professores. E as conquistas são alcançadas no dia-a-dia.*”

Destaca-se, que a coordenadora respondeu de forma sucinta e acredita que não tenha dificuldades na inclusão da aluna, pelo fato dela ter uma boa relação com os colegas e com os professores. Mas é sabido que ainda há muito a melhorar em termos de inclusão escolar, porque são muitos desafios enfrentados por esse público dentro e fora da escola, e que vai muito além só de uma boa convivência.

Além disso, perceber as dificuldades é imprescindível para que se busque cursos de formação inicial e continuada, assim como desenvolver estratégias para progredir e ter qualidade no ensino ofertado. “Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras” (MANTOAN, 2003, p. 30).

5.2 Sala de aula e observação do aluno

Buscar conhecer o aluno na sua realidade de sala de aula é fundamental para entender as dificuldades enfrentadas no âmbito escolar. Ao adentrar-se na sala de aula, já foi possível perceber que na lousa⁴ havia um comando para a realização de uma atividade passada pelo professor da aula anterior de geografia, e a letra era extremamente pequena, e com letras vermelhas o que dificultava para a educanda escrever pelo tamanho e diminuição de contraste pela cor.

A primeira aula observada foi de Língua Portuguesa, o professor lia no livro didático partes da obra de Machado de Assis, Dom Casmurro, juntamente com os alunos e tecia comentários a respeito da literatura lida. A discente não tinha o livro ampliado e não utilizou lupas, assim, realizou a leitura bem próximo do rosto. O professor, vez ou outra, perguntava para a aluna se ela estava compreendendo bem o assunto, e ela sinalizava que sim, quando surgiu dúvidas, chamou o docente e ele foi até a sua carteira explicar-lhe o assunto.

A aluna sentava-se na primeira fileira de carteiras, debaixo de uma lâmpada e bem em frente a lousa, porque a iluminação do ambiente facilita a visão. Vale mencionar, o tamanho da lousa presente na sala era bem menor que as outras, e como é recomendável que professor escreva a letra com tamanho maior, aquele quadro não é apropriado.

⁴ Neste texto utilizamos o termo lousa e quadro, para designar o quadro usado nas salas de aula, seja de giz ou pincel.

Assim sendo, Domingues, Carvalho e Arruda (2010) sugere que o professor leia em voz alta, quando escreve na lousa e, também se o aluno precisar pode se aproximar para a leitura. Escrever letras maiores espaçadas e com um giz ou pincel que permita o contraste para facilitar a visualização do aluno. Assinalam que o pincel preto na lousa branca é mais indicado do que os coloridos, porque aumenta o contraste.

A aula seguinte foi de redação, a professora solicitou para a turma que fizessem uma produção textual, um texto narrativo, conforme estudado em aulas anteriores. A docente escreveu as sugestões de texto narrativo, que poderia ser: Conto, fábula, crônica, memória literária, dentre outros. A aluna fez o uso da lupa de mão para ler as informações da lousa e escrever em seu caderno.

Nota-se que o recurso óptico que a aluna usou não é o recomendado para copiar do quadro, uma vez que as lupas manuais são mais indicadas para leituras curtas. Para a lousa o ideal seria as teluplas ou telescópio, visto que proporciona uma melhor restrição do campo visual. Bruno e Mota (2001) assegura que quando o aluno não se adapta as teluplas poderá se beneficiar do telessistema acoplado ao circuito fechado de televisão - CCTV, porém não é disponibilizado no mercado nacional, uma outra alternativa simples seria permitir que o aluno se aproxime da lousa.

Diante do exposto, Bruno e Mota (2001) pensa ainda que os alunos que tem uma acuidade visual muito baixa, alteração no campo visual e pouca coordenação motora, encontram muitos empecilhos para realizar a cópia da lousa, então, o docente pode permitir o uso de outros recursos, como gravar a aula, ou tirar cópias do texto para o aluno.

Esses auxílios tanto ópticos e não ópticos viabilizariam a realização e o desempenho nas tarefas da educanda de forma mais rápida, uma vez que é bem cansativo usar uma lupa manual, pois gera um grande esforço visual, em casos em que precisar escrever uma quantidade maior de textos, por isso é fundamental o professor adequar suas metodologias.

Seguindo os aspectos da observação, a aluna iniciou a produção, no seu caderno que não possuía margens ampliadas e espaçadas para escrever, notou-se também que ela teve que ficar totalmente curvada sobre a carteira, por um determinado período, pois precisava ficar bem próxima do caderno para enxergar e produzir o seu texto de 30 linhas.

Percebe-se que se a aluna fizesse usos de recursos pedagógicos como, um plano inclinado para apoiar seu caderno e conseqüentemente ficar mais confortável na hora da leitura e escrita, juntamente com uma carteira adaptada; cadernos com margens escuras, ampliadas e espaçadas para que tenha um bom contraste e não se perca na escrita, seria mais proveitoso o seu rendimento, visto que é importante sim que a aluna faça atividades para exercitar a escrita. Os recursos não ópticos são acessíveis e o ganho para aprendizagem é enorme, poderá ser usado sozinho ou juntamente com os outros recursos de lentes.

A professora relatou que a mãe da aluna disse no último plantão pedagógico da escola que sua filha tem sentido dificuldades de fazer cópia da lousa por causa da letra pequena e, também relacionadas ao número enorme de conteúdo repassado pelos professores. É essencial o professor fazer mudanças em suas aulas, a partir do conhecimento da realidade de seus educandos, poderia por exemplo, entregar-lhe cópias ampliadas, com o assunto que iria escrever, e diminuir as atividades sempre que necessário, devido a aula ser curta e a aluna precisar de mais tempo para realizá-las. Outrossim, intercalar as aulas entre escrita, leitura e oralidade para menos cansativa.

Nesta perspectiva, Gasparetto (2007) postula que não é necessário que o professor da rede regular de ensino seja um especialista na área para poder trabalhar com a inclusão, todavia para prestar a assistência educacional de forma adequada é recomendado que compreenda as distintas necessidades dos seus discentes com baixa visão.

Partindo dessa perspectiva, faz-se necessário, que no planejamento das aulas contemplem tarefas de grupos, em que os alunos possam se ajudar mutuamente, incluindo o aluno com NEE, assim, seria uma forma de envolvê-los. “Um hábito extremamente útil e natural, e que tem sido muito pouco promovido nas escolas, é o de os alunos se apoiarem mutuamente durante as atividades de sala de aula” (MONTANO, 2003, p. 36).

Destarte, seria uma forma de conviverem com a diversidade, se respeitando e um ir ajudando o outro, pois sempre é possível aprender com o outro, ocorre em alguns casos, de deixarem o estudante com deficiência isolado, por acharem que ele não terá o que contribuir, esse é um pensamento equivocado e ultrapassado que precisa ser mediado pelo docente em sala.

Não podemos deixar de mencionar, que é imprescindível a sensibilidade do professor de entender que a aluna precisa de algumas adaptações e mesmo que se

beneficie dos recursos a sua visão não será como de uma pessoa vidente. Destaca-se aqui que essas adaptações não são atividades infantilizadas, pois ela precisa ter um grau de exigência de acordo com o que ela consegue fazer.

Percebe-se que algumas atitudes não são tão complexas, basta um pouco de zelo, respeito e humanidade com o aluno para conseguir concretizá-las. Assim, Salomon (2007) evidencia que a relação estabelecida no processo de inclusão vai depender de que profissional o educador é, pois, o principal conhecimento que se deve ter é o de si próprio, visto que para compreender o outro é preciso voltar para si mesmo, reavaliando seu grau de maturidade afetiva.

Logo, cabe a cada educador, reavaliar suas práticas constantemente, usar a empatia de se colocar no lugar do outro, e se fosse comigo? E se fosse meu filho que tivesse uma deficiência? Vai muito além de apenas cumprir o que diz a lei, mas de quebrar paradigmas e estereótipos enraizados na sociedade, que a pessoa com deficiência é inválida. Faz-se necessário desnudar-se do pessimismo de que é muito difícil incluí-los, trabalhoso demais e acreditar que é possível fazer algo para melhorar a educação de todos neste país.

5.3 Visita a sala de recursos multifuncional (SRM) e entrevista com o aluno de baixa visão

Fez-se uma visita na sala multifuncional de recursos onde acontece o Atendimento Educacional Especializado da aluna e uma entrevista em que foi possível ouvi-la, conhecê-la e refletir sobre seu ponto de vista de como se sente na escola.

Os atendimentos da aluna são duas vezes na semana, o equivalente a duas horas em cada dia, no qual segundo a professora, a educanda faz atividades lúdicas, para exercitar a memória, atividades com materiais ampliados e, também, lhe fornece ajuda nas atividades da sala comum em que ela não consegue resolver sozinha.

De acordo com a resolução CNE/CEB N° 2/2001, por meio do Artigo 8º, inciso V, todas as escolas brasileiras de rede regular de ensino devem prover e prever: “Serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos” (BRASIL, 2001).

O AEE e contribui com o trabalho do professor da sala comum, faz adaptações em materiais e desenvolve atividades para que o aluno possa utilizar de forma adequada seus resíduos visuais. Portanto, o diálogo dos professores é fundamental, pois é através dessas informações que o professor do ensino regular vai entender as particularidades do estudante. Esse atendimento é também um direito a todos os alunos com NEE, posto que é através de materiais e acompanhamento do professor especializado que o aluno terá condições de progredir no processo de ensino e aprendizagem.

No dia da visita na sala SRM, eles estavam desenvolvendo um trabalho para o dia das mães, na qual escolhiam uma frase em um computador para montarem um quadro que seria entregue à sua mãe. A professora falou que iria aumentar a letra para a estudante enxergar melhor, após a escolha, reproduziram a frase usando letras coloridas no tecido. A professora afirmou que esse tipo de tarefa exercita a concentração e a coordenação motora. Quando a aluna estava selecionando as letrinhas para colar no seu quadro, ela omitiu algumas palavras, demonstrando dificuldades, mas obteve ajuda da professora.

Na entrevista com a aluna, adquiriu-se as seguintes informações, ela estuda há pouco tempo na escola, pois morava em outra cidade, e a atividade que mais gosta de fazer no colégio é jogar xadrez com a professora de Educação Física, ainda está aprendendo, mas acha muito legal. E ainda, as atividades que menos gosta de realizar, pois apresenta dificuldades, são exercícios que envolvam bolas, como basquete, vôlei, peteca, devido a sua visão ser menor, já até tentou algumas vezes, mas não se saiu bem.

Relata que sua matéria preferida, é história, porque remete aos povos antigos, como Grécia, Roma, porém há algumas matérias que não gosta tanto como Biologia e Química, todavia a mais complicada de todas é a Língua Portuguesa, visto que possui muitas regras e ela não consegue se lembrar de todas, se confunde.

Condizente com a fala acima, segundo Zanini (1999) a década 1960 ficou conhecida como a época dos conceitos prontos, predominava o ensino tradicional em que o objetivo era transmitir conteúdo e os alunos tinham o dever de dominá-los. O professor de Português deve trabalhar com textos, de preferência em seu formato original, pois o aluno vai buscar as regras dentro do texto, construindo assim, seu conhecimento. Lembrar ainda, de trabalhar o sentido dos textos para este não ser apenas um pretexto para abordagem de tópicos gramaticais, tornando a gramática como análise linguística, como

propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio/PCNEM (BRASIL, 2000).

Observou-se que a aluna costuma ficar na hora do recreio sozinha na biblioteca, lendo livros e não com os outros colegas, pois eles ficam no pátio. Percebe-se, que ela não costuma interagir muito com os colegas na escola, sendo mais reservada. Vale pontuar que, “a inclusão não adota um sistema reducionista que tem por meta apenas a socialização da criança, mas defende a promoção do processo de aprendizagem, a participação do aluno em todas as atividades físicas, sociais, curriculares e culturais da escola e na comunidade” (BRUNO, 2007, p.89).

É recomendado que todos os espaços do ambiente escolar sejam acessíveis, a biblioteca como é um lugar que ela gosta muito de frequentar, seria pertinente que no acervo constassem com livros com letras ampliadas, livros falados, dentre outros. Seria interessante também, que a escola fizesse eventos em que a estudante participasse, pois, o acesso da aluna não deve ser apenas ao mesmo currículo, mas também aos outros projetos promovidos pela escola, tendo momentos de convivência com os outros colegas que poderia ser por meio de debates, rodas de conversas sobre a literatura, que pelo seu depoimento, ficou perceptível que é um assunto que ela adora conversar.

De acordo com a entrevistada, se fosse para ter algo diferente na escola, escolheria relacionado as aulas de inglês, que a docente aderisse jogos nas aulas, para ajudar a memorizar e aprender melhor o assunto. E no que se refere a escola em geral, que houvesse debates de livros na biblioteca, ampliassem mais o acervo, uma vez que ela gosta muito de ler.

Evidencia-se, então, que o papel do professor não é mais o mesmo, é importante que sejamos mediadores de conhecimento, competências e habilidades, pois não é mais suficiente a simples reprodução de informações a que os livros didáticos costumam limitar, precisa ser criativo em um mundo cada vez mais digital.

Dessa forma, “o uso de jogos e de outros materiais não convencionais deve ser incentivado como recurso motivador e facilitador no uso funcional da visão e da aprendizagem” (GASPARETTO, 2007, p. 41). Os jogos são uma fermenta próxima ao aluno, que está presente no seu cotidiano, valer-se dela para aprender assuntos considerados difíceis facilitará a compreensão e memorização do assunto, podendo fazer associações com o seu mundo, adquirindo as experiências visuais.

Na pergunta, qual tipo de aula ela preferia, o professor dando a aula expondo as informações oralmente, ou quando ele disponibilizava materiais adaptados. Ela prefere que o professor explique e entregue o material impresso para acompanhar, porque assim ela vai acrescentando informações que não tem no material, e é possível ir tirando as dúvidas.

Contou que recebe alguns materiais ampliados, porém não recebe o livro didático ampliado e até já teve em outra escola, porém não gostou, porque é muito pesado, então, prefere usar o livro normal e ler de pertinho. Sobre as cópias com ampliação, acrescentou que muitas vezes os professores esquecem e o mesmo acontece com os slides, alguns professores dizem que ela não precisa anotar que eles vão entregar depois, entretanto, não lembram de trazer.

Destaca-se esta pergunta: como são suas provas? *“Ampliadas a maioria, entretanto há professores que esquecem, e eu tento ler normal, mas as vezes a cópia está meio apagada e fica muito difícil para entender”*.

É perceptível pelos seus relatos o quanto a falta de ampliação dos materiais, e o descuido de determinados profissionais, não dando a devida atenção para o caso dela, faz com que a estudante fique em desvantagem em relação aos outros alunos, e essa falta de suporte podem contribuir para um baixo desempenho e até uma evasão escolar. Entregar-lhe esses materiais ampliados não é um favor, é um direito do estudante com deficiência garantido em várias legislações já mencionadas.

Conforme a estudante, os materiais que ela utiliza para facilitar a eficiência da visão em sala de aula, são duas lupas⁵ manuais, uma para leitura no dicionário nas aulas de inglês e letrinhas menores como de mapas, e a outra apenas para ler e copiar da lousa. Para as leituras de livros, afirmou que o uso da lupa força a visão. Há ainda uma terceira lupa, porém ela usa em casa para assistir vídeos do *youtube*, que foi doada por um professor, essa doação é um certo demonstrativo que ele se preocupa em promover a inclusão da aluna.

No que diz respeito a usar a lupa para melhorar a visão e escrever da lousa, ela argumentou que alguns professores escrevem um pouco maior e os que não escrevem,

⁵ As lupas usadas em sala, não foi mencionada pela aluna que foi a escola que doou, supõe que foram compradas pela família, apenas a que ela utiliza para vídeos foi fornecida por um professor.

fica bem difícil compreender e necessita de ficar perguntando para os colegas do lado o que está escrito, o que segundo ela é desconfortável.

Nesse sentido, em relação aos materiais não ópticos, como lápis 6B, ela só usou quando era menor, o caderno com margens ampliadas informou que é complicado porque acaba muito rápido, pois é preciso escrever grande, e em pouco tempo já era necessário solicitar outro para escola. Quanto as guias de leituras ou tiposcópio que facilita a focar e não mudar de linha, também não gosta, porque atrapalha e causa dor quando ler de perto, uma vez que ela tem um olho que não enxerga quase nada.

Constata-se no decorrer das suas respostas quase não se beneficia dos materiais não ópticos, por não ser oferecido ou pode ser por constrangimento. Assim, de acordo com Ormelezi, Corsi e Gasparetto (2007) a orientação dos professores e dos colegas em sala é fundamental sobre a importância do aluno com baixa visão fazer o uso dos auxílios ópticos e não ópticos, a fim de evitar estranhamentos por parte dos outros alunos e situações discriminatórias.

Para finalizar a entrevista, a discente contou sobre o seu maior sonho, de fazer alguns cursos, como Arqueologia, porque considera interessantíssimo encontrar ossos e procurar saber o que realmente aconteceu, outra área que a encanta é a investigação, pois também remete a história o que ocorreu naquela determinada situação e os respectivos motivos, bem como o curso de Administração porque ela também gosta de teorização. Porém, demonstrou dúvidas se conseguiria fazer em razão da sua visão e disse que a sua mãe a aconselhou a ser bibliotecária, entretanto, almeja muito mais, mesmo que fosse bibliotecária, sonha em ter outras formações.

Baseado nos depoimentos, a aluna é uma garota cheia de sonhos, e a escola deve ser esse lugar que incentiva e oferece ferramentas para que os alunos saiam preparados para enfrentar o mercado de trabalho, por meio da educação se pode transformar vidas, e a realidade que estão inseridos. Retirar essa oportunidade de um educando pelo fato dele possuir uma limitação é propagar a desigualdade com as minorias e consequentemente deixá-los isolados, sem uma vida completa, como já viveram por tanto tempo, sendo considerados como incapazes.

Sabe-se que não é um processo fácil, pois faltam material, recursos para as escolas, infraestrutura precárias e tantos outros desafios, porém é preciso reavaliar o que precisa ser feito e agir. Mantoan (2003) defende que é válido pontuar que a inclusão é difícil,

mas é possível e não podemos deixar de procurar soluções, ainda que tenhamos que pagar um alto preço, mas que com certeza, jamais será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar excluída e uma evasão.

Considerações Finais

O objetivo geral desse trabalho foi investigar o processo inclusivo de um aluno com baixa visão em uma escola pública de Porto Nacional, pois imaginava-se que era complexo por causa das condições da maioria das escolas, a falta de acessibilidade dentre outros fatores, e assim não estão preparadas para receber a pessoa com deficiência, descumprindo as leis, ou cumprindo-a de forma parcial.

É válido pontuar que na escola há avanços na área da inclusão, pois oferece o atendimento educacional especializado, no qual a aluna participa duas vezes na semana, totalizando quatro horas/aulas, o que só contribui para sua formação e desempenho da eficiência visual em sala de aula. A professora da sala de recursos multifuncional mostrou-se preocupada em oferecer um bom atendimento, a fim de que a aluna se desenvolva da melhor forma possível.

Porém, a escola ainda não reconhece as suas dificuldades em relação a inclusão da aluna e com os dados coletados, observa-se que ainda há um despreparo por parte dos professores para lidar com deficiente visual (baixa visão).

Buscava-se alcançar os objetivos de observar o aluno em sala de aula e conhecer suas dificuldades; descrever sobre o seu ponto de vista como ele se sente na escola e conhecer os métodos e recursos utilizados para melhorar o seu desempenho na sala de aula. Nas observações na sala de ensino regular, conclui-se que as dificuldades enfrentadas seria o uso dos recursos de tecnologia assistiva como os auxílios ópticos e não ópticos, que aluna pouco se beneficia ou usa de forma inadequada. É importante frisar a dificuldade apresentada por ela, em relação ao tamanho da letra da lousa e o número de atividades repassadas pelos professores.

No segundo objetivo, verifica-se que aluna gosta da escola, participa bem nas aulas, é esforçada e costuma frequentar alguns espaços do ambiente escolar, por exemplo, a biblioteca. Entretanto, se sente constrangida toda vez que precisa perguntar aos seus colegas quando não consegue ler o que está escrito na lousa e talvez até angustiada quando

os professores esquecem de trazer o material ou as provas ampliadas no qual é extremamente importante devido a deficiência visual.

Sobre os métodos e recursos utilizados para melhorar seu desempenho visual em sala, ela faz o uso das lupas, um recurso óptico interessante para as leituras. No entanto, é essencial a metodologia adequada do professor, como papel de agente motivador, não só para os alunos com NEE, mas para todos, pois aulas dinâmicas e interativas, com uma didática diferenciada faz com que o aluno saia da condição de passivo.

O indivíduo com baixa visão, convive diariamente com a sensação de que é esquecido, incompreendido pelas demais pessoas, que os olham com olhar de reprovação como se estivessem fingindo ou inventando que enxergam com dificuldade, uma vez que não é tão visível como a cegueira. Então, a escola precisa ser esse lugar que acolhe, valoriza e aceita a diversidade, pois na sociedade já há muita discriminação.

Destarte, a inclusão tem acontecido, com alguns percalços a serem vencidos. E é de suma importância que o poder público, família e escola trabalhem juntos em prol de oferecer uma educação verdadeiramente inclusiva, contribuindo para uma sociedade mais justa. Em suma, promover capacitações para todos os educadores para que conheçam realmente as características de seus alunos, e sintam - se seguros para buscar medidas em que o aluno seja olhado na sua integralidade, além de qualquer deficiência, rompendo assim, urgentemente com práticas exclusão.

Esclarece-se que o campo estudado é bastante amplo, e não se tem intenção de esgotar o assunto, essa foi apenas uma parte sobre a inclusão do deficiente visual (baixa visão) e para uma pesquisa mais aprofundada recomenda-se pesquisar sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores na escola para ensinar os alunos com baixa visão.

Referências

- AMIRALIAN, M. L. T. M. **Sou cego ou enxergo?** As questões da baixa visão. *Educar*, Curitiba, n. 23, p. 15-28, 2004. Editora UFPR.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **O que é um estudo de caso qualitativo em Educação?** *Revista da FAERRA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado federal, 1988.
- _____. **Declaração de Salamanca**. Brasília: UNESCO, 1994.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010: resultados preliminares do universo**; 2010. Brasília (DF): IBGE; 2010.
- _____. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 11 de jun. 2019.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 7ª. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer CNE/CEB n. 2/2001**.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer CNE/CEB n.4/2009**.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer CNE/CEB n.17/2001**.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM)**, Brasília: MEC/SEF, 2000.
- _____. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 208 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>> Acesso em: 3 de jun. 2019.

BRUNO, M. M.G. A inclusão da criança com baixa visão na Educação Infantil. In: MASINI, E.F.S.; GASPARETTO, M.E.R.F. **Visão Subnormal: um enfoque educacional**. São Paulo: Vetor, 2007, p.81-92.

BRUNO, M. M. G.; MOTA, M. G. B. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual** vol. 2. Fascículo IV. Colaboração Instituto Benjamin Constant. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_1.pdf> Acesso em: 18 de jun. 2019

CUNHA, A. E. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

DOMINGUES, C. A.; CARVALHO, S. H. R.; ARRUDA, S. M. C. P. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. In: DOMINGUES Celma dos Anjos [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 3. (**Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article> Acesso em: 3 de jun. 2019. Brasília: UNESCO, 1994.

GASPARETTO, M. E. R. F. A pessoa com visão subnormal e seu processo pedagógico. In: MASINI, E. F. S.; GASPARETTO, M. E. R. F. (Org). **Visão subnormal: um enfoque educacional**. São Paulo: Vetor, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETRO, R. G. **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OMS. **Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual**. Montreal, Canadá, 4-6 outubro 2004.

ORMELEZI, E. M.; CORSINI, M. G.; GASPARETTO, M. E. R. F. **O que o educador (pais e professores) precisa saber sobre a visão subnormal**. In: MASINI, E. F. S.; GASPARETTO, M. E. R. F. **Visão Subnormal: um enfoque educacional**. São Paulo: Vetor, 2007.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência visual**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf> Acesso em: 5 de jun. 2009.

SALOMON, S. M. **Desenvolvimento da eficiência visual:** a relação e os atendimentos à pessoa com visão subnormal. In: MASINI, E.F.S.; GASPARETTO, M.E.R.F. (Org.) *Visão Subnormal: um enfoque educacional*. São Paulo: Vetor, 2007, p.95-99.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar.** In: I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007. Arq. Mudi. Periódicos. Disponível em<http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.df>. Acesso em: 21 jun. 2016.

ZANINI, M. **Uma visão panorâmica da teoria e da prática do ensino de língua materna.** *Acta Scientiarum (UEM)*, Brasil, v. 1, p. 79-88, 1999.